

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Econômicas

Gabriel Belo Franco
Rafael Bechara Affonso
Victor Moreira Carrilho Soares
William Carlos Rodrigues de Lima

**A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA:
diagnóstico, desafios e perspectivas**

Belo Horizonte
2018

Gabriel Belo Franco
Rafael Bechara Affonso
Victor Moreira Carrilho Soares
William Carlos Rodrigues de Lima

**A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA:
diagnóstico, desafios e perspectivas**

Trabalho apresentado à disciplina de Organização Industrial, do 8º Período da Graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Econômicas e Gerencias da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Prof. Daniel Ítalo Richard Furletti

Belo Horizonte

2018

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa estratégico da indústria 2013-2022.....	25
FIGURA 2 - As ondas de inovação de Schumpeter	37

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Premissas da política governamental para a indústria	10
QUADRO 2 - Cronologia das medidas de política industrial	18
QUADRO 3 - Tendências mundiais e nacionais com impacto na indústria.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IED	Investimento Direto Estrangeiro
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
OMC	Organização Mundial do Comércio
PACTI	Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação
PBPQ	Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PCI	Programa de Competitividade Industrial
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 DEFINIÇÃO DE POLÍTICA INDUSTRIAL	7
2.1 Políticas governamentais	10
2.2 Instrumentos verticais e horizontais da política industrial	12
3 EVOLUÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL.....	14
3.1. Cronologia das medidas de política industrial a partir de 1990	15
4 MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA E SEUS DESAFIOS	25
4.1 Aspectos Macroeconômicos	26
4.2 Tributação e Legislação	27
4.3 Capital humano	27
4.4 Financiamento.....	28
4.5 Perspectiva mundial.....	29
5 PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA	32
5.1 A desindustrialização e a doença holandesa – <i>dutch disease</i>	33
6 INOVAÇÃO	36
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

A política industrial compõe-se de um conjunto de medidas que forneça bases adequadas para o desenvolvimento de setores. O Estado é responsável por incentivar setores específicos da economia, utilizando ferramentas como incentivos fiscais, investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), parcerias público-privado, crédito subsidiado, entre outros.

O Estado tem como objetivo criar um ambiente favorável ao desenvolvimento da indústria e facilitar a iniciativa empreendedora. A política industrial, tecnológica e de comércio exterior, busca no curto prazo, diminuir as restrições externas do país e, no médio e longo prazo, equacionar o desenvolvimento de atividades-chave, de modo a gerar capacitação que permitam ao Brasil aumentar sua competitividade no cenário internacional.

O propósito da política industrial é o aumento de eficiência da estrutura produtiva, aumento de capacidade de inovação das empresas brasileiras e expansão das exportações.

Buscando apresentar a teoria que servirá de base para o entendimento da política industrial, o presente trabalho está dividido em seis seções. A primeira trata da definição da política industrial e da política governamental, demonstrando o papel das políticas públicas sobre a estrutura produtiva, tal como a conduta e o desempenho dos agentes econômicos em um determinado espaço nacional. A segunda seção trata da definição de política industrial. A terceira seção discute a evolução da política industrial no Brasil de forma cronológica de 1990 até 2008, apresentando algumas razões pelas quais a política industrial brasileira teve um fraco desempenho durante sua trajetória. Em continuidade, a quarta seção apresentará o mapa estratégico da indústria e os principais desafios enfrentados no Brasil, relacionando os impactos econômicos e sociais que afetam o crescimento e desenvolvimento da indústria no país. A quinta seção as perspectivas da indústria e a chamada doença holandesa. Para que, por fim, na sexta seção sejam discutidas as perspectivas futuras e as inovações para a indústria nacional.

2 DEFINIÇÃO DE POLÍTICA INDUSTRIAL

A abordagem da promoção das atividades produtivas entre indústrias requer, inicialmente, a descrição das principais políticas e da participação do Estado. Uma conceituação de política industrial pode ser conhecida como

[...] o conjunto de incentivos e regulações associadas a ações públicas, que podem afetar a alocação inter e intra-industrial de recursos, influenciando a estrutura produtiva e patrimonial, a conduta e o desempenho dos agentes econômicos em um determinado espaço nacional. (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002, p. 545).

Por meio da política industrial, um determinado país pode seguir na direção de estágios de desenvolvimento que podem ser superiores aos já existentes no espaço nacional. Para Ferraz, Paula e Kupfer (2002), existem três correntes principais que relacionam a política industrial e o papel do Estado como agente influenciador das atividades produtivas, conhecidas como ortodoxa, desenvolvimentista e evolucionista.

A política industrial pela ótica ortodoxa também pode ser conhecida como ótica das falhas de mercado. Esta visão neoclássica de política industrial considera o mercado competitivo como alocador eficiente dos recursos, e que ainda, se todos os mercados forem competitivos, a política industrial é desnecessária e totalmente indesejável. Do ponto de vista neoclássico, a intervenção do Estado só é necessária se, e apenas se, os benefícios e custos de oportunidade diretamente relacionados à produção e ao consumo de bens não fossem capturados pelos mecanismos de preços. Isso gera uma situação conhecida pelos neoclássicos como falhas de mercado. (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002).

Segundo Ferraz, Paula e Kupfer (2002) são cinco os tipos de falhas de mercado: poder de mercado, isto é, estruturas de mercado ou condutas não competitivas como oligopólios e monopólios; externalidades; bens públicos; direitos de propriedade comuns e diferenças entre as taxas de preferências intertemporais sociais e privadas.

A política industrial pela ótica desenvolvimentista caracteriza o Estado como um elemento capaz de promover e sustentar o desenvolvimento, isto é, combinar o crescimento econômico com altas e sustentadas taxas com uma mudança estrutural no sistema produtivo. A corrente desenvolvimentista leva em consideração o contexto específico, o tempo histórico e o contexto internacional como sendo um conjunto de

três condicionantes da política. (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002).

O contexto específico refere-se às características intrínsecas da nação, no qual a intervenção do Estado está sendo realizada. O tempo histórico leva em consideração qual é o estágio de desenvolvimento em que se encontra o país onde está sendo implementada a política ativa. Por fim, o contexto internacional contribui para definir se as políticas intervencionistas estão de fato, facilitando ou dificultando a ação de um Estado específico. Assim, a corrente desenvolvimentista considera a atuação do Estado não apenas como um agente corretivo, mas também como um elemento ativo, pois “a ótica desenvolvimentista guarda estreita relação com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas de um determinado país e é mais “intervencionista”, quanto mais tardio for o processo de industrialização.” (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002, p.553).

A política industrial pela ótica evolucionista é também conhecida como a ótica da competência para inovar. Esta política discute as relações entre a estrutura de mercado, a estratégia empresarial e progresso tecnológico. Inspirada em Schumpeter a abordagem evolucionista considera as inovações como constituintes do motor do desenvolvimento do capitalismo (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002).

Para Schumpeter (1984, p. 112),

[...] o impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria.

Do ponto de vista dos evolucionistas, os pressupostos de equilíbrio nos mercados, a racionalidade dos agentes e a informação perfeita são rejeitados. Estas características de mercado são apenas determinantes das falhas de mercado que deveriam ser corrigidas para os mercados atingirem os pontos de equilíbrio. Sendo assim, os aspectos chaves para o entendimento desta abordagem são: concorrência por inovação tecnológica; inter-relações entre agentes econômicos; estratégia, capacitação e desempenho e; por último, a importância do ambiente e processo seletivo. (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002).

Ainda de acordo com Ferraz, Paula e Kupfer (2002), os aspectos chaves citados anteriormente conceituam a inovação tecnológica como fator diretamente relacionado à competição e seus efeitos dinâmicos. A cooperação entre empresas e

universidades, centros de pesquisa e consumidores funcionam como inter-relações entre os agentes econômicos facilitando o aprendizado por interação. As estratégias, capacitação e desempenho servem como marcha para definição de diferenciação de produtos e parâmetros de eficiência produtiva. E por último, a melhoria de práticas repetidamente introduzidas pelas condutas dos agentes econômicos como sendo a importância do ambiente e processo seletivo.

A abordagem evolucionista considera ainda, que a política de inovação sobrepôs-se diante da política industrial e da política tecnológica. E diante disso, o Estado torna-se um agente estimulador das capacitações embasadas no processo técnico, tanto no lado da demanda, quanto no lado da oferta. Pelo lado da demanda consideram-se úteis os subsídios para aqueles agentes interessados em difusão de novas tecnologias e inovação. Já pelo lado da oferta, o Estado pode apoiar as iniciativas de incorporação de capacitação tecnológica. (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002).

Os evolucionistas julgam os instrumentos de intervenção como sendo constituintes em:

[...] subvenção a projetos de alta densidade tecnológica, incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento, financiamento em condições preferenciais para a inovação, compras do setor público, e a disponibilidade de capital de risco para novos empreendimentos, além de medidas orientadas a garantir a apropriabilidade privada do investimento tecnológico (patentes) e manter padrões técnicos (metrologia, padronização e qualidade). Adicionalmente, são extremamente importantes os investimentos e ações orientadas ao fortalecimento das instituições que compõem um sistema de inovação local ou nacional, especialmente institutos dedicados à investigação científica e tecnológica e à formação de recursos humanos de alto nível. (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002, p. 558).

Os propósitos da política industrial em um país influenciam na estrutura produtiva e patrimonial. Em países desenvolvidos, o objetivo é a manutenção da liderança e avanço sobre outros competidores internacionais. Nos países em desenvolvimento a política industrial visa a busca e criação de líderes internacionais sendo que, nos estágios iniciais do desenvolvimento de uma nação as políticas são muito ativas, já nos estágios superiores a intervenção passa a ser indireta. (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002).

2.1 Políticas governamentais

As políticas governamentais de diversas áreas, como a regulamentação, afetam a competição industrial de maneiras bastante distintas. Além das principais correntes das políticas industriais deve-se destacar outra abordagem em que o papel do governo é fundamental. A política do governo afeta a vantagem nacional, tanto positivamente quanto negativamente. De acordo com Porter (1989), o governo tem como meta central para a economia “dispor os recursos nacionais (trabalho e capital) de forma a obter altos e crescentes níveis de produtividade.” Isso significa que o governo tem o papel de estimular o dinamismo e aprimoramento das forças produtivas a ponto de expandir a capacidade produtiva do país.

Com isso, o governo poderá criar um ambiente em que as empresas possam melhorar as vantagens competitivas dentro das indústrias já existentes, introduzindo tecnologia e métodos mais sofisticados para a produção. Abaixo seguem listados resumidamente, no Quadro 1, as premissas da política governamental para a indústria, citada com suas principais características, de acordo com Porter (1989).

Quadro 1 – Premissas da política governamental para a indústria

(continua)

Premissas	Descrição
Empresas competem nas indústrias, não países	O governo não pode criar indústrias competitivas, mas as empresas sim. O único papel do governo é o de desempenhar papel direto em áreas no quais as empresas não são capazes de atingir, como por exemplo, política comercial, modelando e influenciando o contexto e a estrutura institucional.
A vantagem competitiva de um país na indústria é relativa	Os padrões de vantagem competitiva não são fixados dentro do país, mas sim, por empresas de outros países. O importante é a produtividade relativa comparada com a de empresas de outros países. Devem ser fixadas metas mínimas de políticas para que o país aprimore sua economia.
O dinamismo leva à vantagem competitiva, não a vantagens de custos de curto prazo	As empresas devem atingir sua capacidade de fazer com que o país melhore e inove constantemente. As adoções de políticas devem ser férteis o suficiente para atingir níveis de inovação.
O desenvolvimento econômico nacional exige que as indústrias prosperem	A política governamental deve estabelecer bases para a melhora da vantagem competitiva da indústria do país através do incentivo a um nível de tecnologia elevado, o que permite uma diferenciação superior.

(conclusão)

A vantagem competitiva do país na indústria está, quase sempre, concentrada geograficamente	As vantagens são, em sua maioria, intensamente locais e a concentração geográfica amplia e aprimoram essas forças locais. O governo deve ter maior atenção nos níveis regionais e locais de áreas como educação universitária, infraestrutura, regulamentação local e iniciativas de pesquisa.
A vantagem competitiva nas indústrias de um país cria-se no período de uma década ou mais, não em ciclos econômicos de três ou quatro anos.	A criação da vantagem competitiva é feita por um longo processo de aprimoramento das habilidades humanas, investimento em produtos e processos. O governo não pode se prender à políticas de curto prazo como as de subsídios fiscais e proteção e fusões promovidas, mas sim na criação de fatores, políticas de competição e melhoria de qualidade da demanda.
Os países ganham vantagem devido as diferenças, não às semelhanças	Nenhum país é competitivo em tudo. As diferenças nacionais são importantes para a vantagem competitiva. Copiar um modelo de outro país pode ser benéfico apenas até certa etapa de desenvolvimento. Boas políticas de um país, podem ser más em outro e, portanto, a tarefa do governo é compreender os princípios da vantagem nacional e traduzi-los em iniciativas peculiares para o país.
Muitas classificações para distinguir ou priorizar indústrias têm pouca relevância	Existem tentativas de classificar a base industrial do país em categorias. Entretanto, a política governamental deve proporcionar um ambiente em que qualquer indústria seja capaz de prosperar se as empresas forem inovadoras e realizarem alta produtividade.
O processo de manutenção da vantagem pode ser muito incômodo para as empresas e para os que nelas trabalham	Muitas empresas preferem estabilidade e um ambiente de prosperidade garantida do que ser reconquistada continuamente, pois a manutenção da vantagem requer pressão e desafios. O próprio governo pode pressionar a desvalorização da moeda a fim de diminuir a pressão sobre os preços. Assim, muitas empresas seguem a natureza humana e perdem de vista a natureza competitiva. Escolher políticas baseadas na unanimidade do apoio empresarial ou sindical pode fazer tanto mal quanto bem.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de Porter (1989, p. 693-699).

Do ponto de vista da abordagem das políticas públicas pode-se dizer que as diferentes teorias sobre o papel do Estado no mercado contribuem, de fato, para a compreensão do desenvolvimento das relações econômicas dos países. As diferentes abordagens sobre a intervenção do Estado e sobre a adoção de um regime livre de mercado são pontos essenciais para a interpretação teórica da competitividade e sua relação com o comércio internacional.

De acordo com Marshall (1996, p. 320), “as causas que determinam o

progresso econômico das nações pertencem ao estudo do comércio internacional”. O comércio internacional entre os diferentes países do mundo surge a partir da necessidade da troca e comercialização de bens e serviços. Para que haja a comercialização, é necessário que existam empresas dispostas a competir em mercados diferentes, seja esta competição internacional ou até mesmo interna.

2.2 Instrumentos verticais e horizontais da política industrial

A política industrial está estritamente relacionada com a política macroeconômica do país. Desde uma variação na taxa de câmbio até um aumento na taxa de juros, a produção e o conjunto de indústrias podem ser afetados de maneira positiva ou negativa, dependendo da situação econômica do país.

De acordo com Ferraz, Paula e Kupfer (2002), mudanças na política macroeconômica podem afetar a política industrial através de: determinação dos preços de produtos transacionáveis e não transacionáveis pela alteração na taxa de câmbio; sinalização de políticas de incentivo e de investimento em saúde, educação, tecnologia e ciência, através da capacidade fiscal do Estado e, também, pela influência que mudanças na taxa de juros pode provocar nas decisões de investimento dos agentes econômicos.

Além da política macroeconômica, a política industrial pode ser avaliada e descrita pelo alvo pretendido e pela natureza do instrumento. Para Ferraz, Paula e Kupfer (2002), existem dois alvos prioritários da política industrial. O primeiro alvo é chamado de políticas verticais, também conhecido como políticas seletivas ou de *targeting*. Estas são descritas para fomentar grupos empresariais e cadeias produtivas, podendo, assim, privilegiar uma indústria específica a partir de decisões estratégicas do Estado. Do ponto de vista das políticas industriais verticais, existem quatro argumentos que justificam algumas indústrias se sobressaírem em relação as outras: indústrias nascentes ou com retornos crescentes de escala; indústrias com grande poder de encadeamento; indústrias com maior valor agregado e indústrias com grande dinamismo potencial.

O segundo alvo são as políticas horizontais (ou funcionais), tendo como propósito a busca pela melhoria do desempenho da economia em sua totalidade, diferentemente das políticas verticais, que privilegiam uma indústria específica. Para maior desempenho econômico industrial, as políticas horizontais buscam alteração

dos mecanismos de alocação dos recursos na produção e, para tanto, consideram quatro tipos de instrumentos: infraestrutura; concorrência; comércio exterior e a propriedade intelectual. Do ponto de vista dos incentivos, simultaneamente a esses instrumentos, a atuação do Estado pode mobilizar também o capital através da geração de crédito e financiamento a longo prazo, incentivar pesquisa e desenvolvimento para estímulo da inovação, impulsionar os incentivos fiscais para promoção das atividades industriais e criar mecanismos preferências de compras governamentais para produtores locais. (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002).

3 EVOLUÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL

De acordo com Almeida (2009) desde a década de 1980 os países da América Latina foram aos poucos diminuindo a intensidade do uso de políticas industriais como forma de promover o crescimento do setor. Dessa forma, ocorreu uma retirada dos governos na promoção de setores industriais em função tanto da escassez de recursos fiscais quanto em virtude das mudanças teóricas quanto ao papel do estado na economia estabelecida pelo Consenso de Washington.

No caso brasileiro, o autor mostra que ao final dos anos 1980 centrava-se na pauta de discussões a elaboração de uma nova constituição, que trazia em seu arcabouço restrições típicas àquelas encontradas no período do modelo de substituição de importações como a discriminação entre o capital nacional e o estrangeiro, a manutenção dos incentivos da Lei de Informática, com a renovação da reserva de mercado até o ano de 1991. Na primeira parte da década de 1990, o Brasil intensificou o processo de abertura comercial no governo do então presidente Fernando Collor de Melo e iniciou o processo de privatizações no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquele momento, o Estado passou a assumir o papel clássico de regulador passando para a mão do setor privado setores antes considerados estratégicos como telecomunicação, energia e siderurgia. (ALMEIDA, 2009).

Apesar do Brasil na década de 1990 ter adotado tais medidas alinhadas com os ideais do consenso de Washington, não abandonou totalmente a adoção de incentivos setoriais. O BNDES teve uma atuação importante nos anos de financiamento da privatização e contou também com o auxílio de grandes fundos de pensão estatais. Dessa forma, mesmo no processo de privatizações, o Brasil contou com forte participação estatal no processo de financiamento. Além disso, o BNDES também operou como financiador de processos de fusões e aquisições e como fonte de financiamento subsidiado para as montadoras. (ALMEIDA, 2009).

Apesar das mudanças explicitadas acima o autor citando Peres mostra que o ressurgimento da política industrial no Brasil e na América Latina pode ser dividido em quatro grandes grupos de políticas de produção de produtividade:

A primeira é formada por políticas de fomento industrial que em muitos casos representavam uma continuação das políticas de substituição de importações o objetivo de aumentar a produtividade nos setores já existentes na economia, por

intermédio da criação de novos elos na cadeia. (ALMEIDA, 2009).

O segundo grupo é representado por um grupo de políticas setoriais baseadas nos ideais neoschumpeterianos. Essa linha de pensamento destaca o papel estratégico ocupado pela inovação para o desenvolvimento econômico, enfatizando-o como predominantemente tácito e dependente do ambiente institucional que favoreçam a inovação. Sendo assim, de acordo com essa visão, o mercado não necessariamente alocaria recursos em atividades intensivas em conhecimento e em inovação, cabendo assim ao Estado corrigir essa falha por meio da utilização de uma série de incentivos que modificariam os preços relativos, tornando tais atividades mais atrativas à investimentos. Sendo assim, de acordo com o autor,

[...], a política industrial identificada com a concepção neoschumpeteriana envolve a criação de setores mais intensivos em tecnologia como, por exemplo, a produção de software, tecnologias de informação e comunicação (TICs), biotecnologia etc. Este tipo de política é aquele mais identificado com a concepção moderna de política industrial, no qual é reconhecida a necessidade de se criar um sistema nacional de inovação em que atores públicos e privados interajam continuamente na busca de conhecimento e inovação. (ALMEIDA, 2009, p. 14).

O terceiro grande grupo identificado pelo autor é a promoção dos setores privatizados, caracterizados por serem intensivos em capital e sujeitos a rendimentos crescentes de escala, como o setor elétrico, telecomunicação e petroquímico. A política industrial desses setores está ligada a manutenção de um ambiente regulatório adequado para facilitar o aumento do investimento tanto público quanto o privado.

Finalmente, o quarto grupo identificado é aquele ligado a políticas de promoção de pequenas e médias empresas nos chamados clusters, ou, como chamado no Brasil, de arranjos produtivos locais (APLs). A ideia central que fundamenta esse tipo de política é que pequenas e médias empresa quando organizada dentro de um mesmo espaço geográfico exercendo a mesma atividade, tem o potencial de gerar externalidades positivas, “decorrentes da aglomeração espacial, maior disponibilidade de mão de obra especializada, atração de fornecedores etc.” (ALMEIDA, 2009, p. 14).

3.1. Cronologia das medidas de política industrial a partir de 1990

No âmbito da cronologia das políticas industriais, este capítulo tratará sobre as

políticas aplicadas na economia brasileira a partir da década de 1990.

De acordo com Guimarães (1996) as primeiras indicações relativas as diretrizes de uma nova política industrial foram formuladas por meio da Exposição de Motivos da Medida Provisória 158, divulgada em 15 de março de 1990. Nesse documento foram traçados objetivos estratégicos do governo em associação a política industrial, por meio da elevação do salário real como forma de sustentar o maior grau de abertura e desregulação da economia via maximização da taxa de crescimento da produtividade. Dessa forma, uma mudança radical no escopo e nos instrumentos da até então adotada política industrial, fazia-se extremamente necessária, visto que o foco desta em promover ganhos de eficiência não era prioritária.

O objetivo principal dessa política era de mudar as regras do jogo empresarial, ou seja, a busca pela competitividade deveria passar a ser o objetivo principal básico. “Para tanto, cumpriria criar regras estáveis e transparentes para a competição industrial, bem como redefinir um conjunto de instrumentos destinados a incentivar a competitividade das empresas nacionais.” (GUIMARÃES, 1996, p. 8).

Conforme mostrado pelo autor, as medidas adotadas pelo governo com o intuito de estimular a competitividade, destacavam-se a revisão dos incentivos de investimento, à produção e à exportação, além do maciço apoio à capacitação tecnológica da empresa nacional com definição de uma estratégia de promoção das indústrias nascentes em áreas ligadas à alta tecnologia.

Por conseguinte, o aumento da exposição da industrial nacional à competição externa tornava necessária a adoção de uma reforma da política de importação vigente. Dentre as medidas adotadas com essa finalidade destacam-se:

a revogação da isenção e redução tributária contemplada em vários regimes especiais de importação; a reconstituição da tarifa aduaneira como instrumento básico de proteção em substituição aos sistemas discricionários e pouco transparentes de restrição quantitativa; e a implantação progressiva de reforma da tarifa aduaneira, com redução das alíquotas e de seu grau de dispersão, acompanhada da definição de instrumentos de salvaguarda contra a penetração excessiva de importações e de mecanismos que minimizem os custos do ajuste estrutural nos setores mais impactados.(GUIMARÃES, 1996, p. 8).

De acordo com Guimarães (1996), ao avaliar os primeiros cinco anos de implementação de políticas industriais, de 1990 a 1995, observou-se que a política concorrencial se mostrou bem-sucedida, enquanto os resultados da política de competitividade foram bem mais modestos.

Segundo Guimarães (1996) a política de concorrência que visava introduzir as empresas à busca pela competitividade por eliminar os entraves de eficiência do setor produtivo. Tal política desdobra-se em duas partes principais, sendo elas: a política de liberação industrial e a política de concorrência estrito senso que serão analisadas a seguir.

O autor mostra que a política de abertura comercial teve relativo sucesso tanto no âmbito de sua implementação, pelo fato de ter sido levada a cabo, sem desvios do cronograma previamente previsto quanto nos resultados alcançados. por ter sido capaz de gerar os benefícios esperados como o fortalecimento e os ganhos de eficiência experimentados produtores locais ao mesmo tempo que revertia o temor do sucateamento da estrutura positiva do país. Dessa forma, o processo de abertura foi feliz em cumprir seu objetivo de estimular a busca por ganhos de eficiência das empresas da empresa. (GUIMARÃES, 1996).

A política de concorrência pode ser considerada segundo o autor como uma extensão do processo de abertura com a implementação de leis antitruste que coíbiam a prática de monopólios, ao mesmo tempo que estimulava a competição interna que ocorreu em grande parte sob a orientação do conselho administrativo de defesa econômica o CADE.

De acordo com Guimarães (1996), em 2 de agosto de 1990 foram feitas normas para a defesa da concorrência e nesse momento a lei antitruste foi revisada, já que era insuficiente e antiquada para o atual momento do país. Assim foi criada uma nova legislação que procurava evitar a coibição à entrada ou à existência de concorrência e a formação de cartel e trustes, todos esses fatores que fraudavam a livre concorrência.

Para motivos de simplificação, as medidas tomadas pelo governo do período de setembro de 1990 a outubro de 1994 serão descritas no quadro abaixo:

Quadro 2 – Cronologia das medidas de política industrial

Data	Política Industrial e Tecnológica	Comércio Exterior	Incentivos Regionais	Concorrência
12/09/1990	Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria			
13/09/1990		Financiamento à importação bens de capital		
31/09/1990		Anuência prévia na importação de informática		
16/01/1991			Restabelece incentivos regionais	
31/01/1991		Implementação de reforma tarifária		
27/02/1991	Programa Competitividade Industrial Normas transferência de tecnologia Índice de nacionalização			
01/06/1991	Isenção de IPI e depreciação acelerada para financiamento da exportação de bens de capital			
23/10/1991	Capacitação do setor de informática			
30/12/1991			Zona Franca de Manaus	
08/01/1992		Incentivos fiscais à exportação		
03/02/1992			Zona de Processamento de Exportação	
18/02/1992		Revisão do cronograma da reforma tarifária Prazos para investigação de <i>dumping</i> /subsídios		
26/06/1992	Incentivos para informática			
21/07/1992			Regulamentação da Lei nº 8 387 IPI de produtos da Zona Franca de Manaus	
02/06/1993	Incentivos fiscais para a capacitação tecnológica			
10/06/1994				Normas de defesa da concorrência
01/10/1994		Alteração da legislação <i>antidumping</i> Antecipação da implantação da Tarifa Externa Comum		
25/10/1994		Crédito fiscal PIS e COFINS na exportação		

Fonte: Guimarães (1996), elaborado pelos autores

Essas medidas, em grande parte fizeram com que houvesse uma reorientação da política industrial onde a até então etapa de substituição de importações cedesse lugar a uma busca por elevados graus de industrialização. No entanto, esse processo não rendeu frutos no que se refere a um processo de substituição de exportações conforme mostrado por Gonçalves (1998).

Conforme mostrado por Bonelli, Veiga e Brito, (1997) a partir da década de 1990, a tendência da política industrial brasileira foi a predominância do uso de políticas horizontais relativamente as políticas setoriais. Segundo os autores,

Dada a proteção natural representada pelos custos de transporte, seguros e portuários, o esquema fornecia um nível de proteção satisfatório em condições normais de funcionamento da economia e dado o prazo de implementação da redução tarifária (BONELLI; VEIGA; BRITO, 1997, p.3).

Ainda de acordo com os autores, a prioridade setorial definidas pelo governo em 1990 eram a indústria de alta tecnologia e as indústrias que necessitavam de reestruturação.

Para alcançar os objetivos propostos, os autores salientam que o governo lançou o Programa de Competitividade Industrial (PCI) no final de 1990, o qual era caracterizado por uma falta de decisão quanto a prioridade setorial. Na tentativa de resolver esse dilema foi criada os Grupos Executivos de Política Setorial como mecanismo troca de articulação e de informação entre as empresas e o governo.

Além disso, houve a criação de políticas que visavam o aumento da competitividade. O anúncio do PACTI e do PBPQ foram exemplos dessas políticas, cujos resultados não foram plenamente atingidos pelos mesmos motivos pelo qual as políticas anteriores falharam, a ausência de incentivos suficientemente significativos, apesar de ser comumente aceito o sucesso que o PBPQ teve no que se refere a motivação empresarial. (BONELLI; VEIGA; BRITO, 1997).

A política industrial a partir de 1995 constituiu uma síntese de alguns instrumentos herdados das fases anteriores de industrialização por questão política juntamente com os mecanismos de liberalização do início dos anos 90 e com novas políticas de fomento regulamentação. A estrutura das políticas que afetaram a indústria e as condições de investimento no Brasil após 1994 foram: as políticas de fomento, as políticas de regulação e algumas outras políticas com impactos diretos sobre a indústria. (BONELLI, VEIGA E BRITO, 1997)

Segundo Bonelli, Veiga e Brito (1997) as políticas de fomento foram

caracterizadas pelo uso de: políticas setoriais (como regime automotivo, outros incentivos setoriais com o objetivo de alcançar a reestruturação industrial); políticas de financiamento de investimentos, políticas regionais (Zona franca de Manaus, Sudene, Sudam) e políticas subnacionais.

Segundo os autores a política setorial foi uma das principais políticas de fomento utilizada no Brasil a partir de 1990. Um dos setores mais beneficiados foi o automotivo que contou com uma série de benefícios fiscais como forma de alavancar o setor. Entre 1990 e 1995 foram firmados 3 acordos setoriais com a categoria a fim de resolver problemas ligados à competitividade e estimular a eficiência. Além disso foram promulgados três decretos de lei e uma medida provisória que alteraram a estrutura tarifária do setor e ampliaram os incentivos ao desenvolvimento do setor. (BONELLI; VEIGA; BRITO, 1997).

Os autores ainda mostram que a existência de outras políticas de incentivo além do regime automotivo fora bem rara. Algumas delas restaram apenas heranças do passado que permaneceram até então, como a redução do IPI para produtos siderúrgicos e o fundo naval da marinha mercante que beneficiava a construção naval e empresas brasileiras de transporte aquaviário. Houveram também a partir de 1990 o início dos incentivos fiscais ligados ao setor de máquinas equipamento e de informática estabelecidos entre 1993 e 1999 por meio de medidas provisórias que incluíam reduções nas tarifas de IPI.

De acordo com os autores, os incentivos a programas empresariais de desenvolvimento tecnológico industrial e agrícola permitiram uma desoneração fiscal de até 50% até dezembro de 1997, representando, porém, somente 0,2% da renúncia fiscal da união em 1995.

Na área de políticas de reestruturação industrial a política se mostrou insipiente, ganhando alguma relevância apenas após a abertura comercial. No entanto por meio do BNDES o governo buscou “identificar os elementos chave de programas de modernização prioritariamente voltados para setores pertinentes do ponto de vista do desempenho da balança comercial”. (BONELLI; VEIGA; BRITO, 1997, p. 39).

Quanto a política de financiamento, o BNDES continuou a exercer um papel chave nesse processo, sendo ele o principal instrumento de execução de políticas de longo prazo no Brasil. Conforme mostrado pelos autores, a criação da TJLP em 1994 foi a primeira tentativa de reduzir os custos de financiamento de longo prazo antecipando a retomada da demanda por crédito em 1995.

As políticas regionais foram criadas com o intuito de minimizar as diferenças inter-regionais herdadas do modelo de substituição de importações. As políticas regionais, conforme mostrado pelos autores, corresponderam a uma renúncia fiscal de 38% da União em 1995 sem considerar a elevada sensibilidade política dela. A mais proeminente política regional foi a criação da Zona Franca de Manaus que é a única zona de livre comércio no país que inclui atividades industriais. Dentre os benefícios oferecidos figuravam redução em 88% sobre os impostos de importação sobre os insumos, isenção total de IPI, isenção de pagamento de imposto de renda por 10 anos e devolução de entre 45% e 100% do ICMS sobre produtos manufaturados. (BONELLI; VEIGA; BRITO, 1997).

No âmbito das políticas de Regulação os autores abordam o impacto que esta teve sobre a infraestrutura a política de concorrência e ao investimento direto estrangeiro.

Quanto à infraestrutura os autores mostram que está até pouco antes o período analisado era financiada quase exclusivamente pelo Estado. No entanto com o passar do tempo o montante acrescido ao gasto com infraestrutura se tornou insuficiente para manter-se em paridade com o crescimento do nível de atividade. Isso por sua vez acabou deteriorando o quadro infraestrutura do Brasil dado a transformação radical em setores envolvendo tecnologia, modelos organizacionais de gestão e a estrutura de oferta. Apesar disso os autores demonstram que a instabilidade macroeconômica e o ambiente regulatório adverso até então presente a entrada de capital externo ficou à margem dessas transformações gerando desvantagens comparativas e custos adicionais frente a concorrentes externos. (BONELLI; VEIGA; BRITO, 1997).

O refinamento desses problemas começou a se atenuar com o início do processo de privatizações principalmente nos setores de transporte ferroviário, e rodoviário (por meio de concessões) mas ainda em ritmo lento. Outra medida que visa a mudança desse quadro é a aprovação de emendas constitucionais com fim de aprovar a participação privada, inclusive de capital estrangeiro, em diversas outras áreas controladas pelo Estado, permitindo até mesmo que empresas privadas possam oferecer serviços públicos através de permissões. (BONELLI; VEIGA; BRITO, 1997).

Ao tratar do aspecto da defesa da concorrência os autores enfatizam que uma nova fase desse ciclo se iniciou com a promulgação da constituição de 1988 que definiu a livre concorrência bem como a proteção do consumidor como princípios fundamentais da ordem econômica. Além disso, “mudanças no ambiente econômico

internacional e a progressiva liberalização da economia doméstica levaram o governo brasileiro, a partir de 1990, a incluir a defesa da concorrência na agenda de políticas públicas” (BONELLI; VEIGA; BRITO, 1997 p. 47).

Essa conjuntura por sua vez foi benéfica para fortalecer a atuação do CADE na economia, conforme evidenciado pelos autores,

Mesmo com estas dificuldades, o CADE viu sua posição institucional se reforçar continuamente ao longo de 1996 e definiu, entre suas prioridades, a modernização gerencial do órgão — o que já reduziu sobremaneira o tempo de tramitação e julgamento dos processos — e a preocupação com as interfaces da política de concorrência com as demais políticas industriais e de comércio (BONELLI; VEIGA; BRITO, 1997; p. 50).

A partir de então o CADE passou a promover a discussão acerca da necessidade de também incluir o órgão no processo de avaliação das privatizações dada os efeitos que esta poderia ter sobre a estrutura industrial e sobre a concorrência do mercado doméstico. (BONELLI; VEIGA; BRITO, 1997).

O investimento externo de risco de acordo com os autores, representou durante muito tempo no Brasil um papel chave no que se refere a provisão de capital, conhecimento gerencial e tecnologia. De acordo a legislação da época a condição de ingresso de capitais na forma de investimento no Brasil se dava mediante apenas ao registro dos mesmos junto ao Banco Central não envolvendo análise previa. O investimento poderia ser na forma de moeda ou bens tangíveis ou sob a forma de patentes ou créditos para o pagamento de tecnologias.

No entanto, os autores mostram que a partir de 1995, por meio de emenda constitucional aprovada pelo congresso nacional e pela nova Lei de concessões, foram introduzidas novas formas mais atraentes de ingressar capitais no país. Dentre essas modalidades de fluxo de capital a que apresenta a mais favorável característica contra variabilidade externa ou impactos na estrutura produtiva foi o investimento direto estrangeiro (IED). No entanto a um desafio enfrentado na atração de investimentos externos,

[...] diz respeito à mudança do perfil dos investimentos diretos tradicionalmente direcionados para o país capaz de ajustá-los às novas condições da economia. A instalação de empresas estrangeiras tem, em geral, efeitos positivos sobre a competitividade do país. Isso tende a estimular as exportações, elevando a capacidade de geração de divisas para fazer frente aos compromissos externos. Mas a realização deste potencial exportador depende das características dos investimentos realizados no país: basicamente, quanto a seu direcionamento para atender ao mercado interno

ou externo. (BONELLI; VEIGA; BRITO, 1997; p. 56).

Dessa forma os impactos positivos gerados por essas mudanças sobre a competitividade e sistêmica juntamente com a redução do custo Brasil operam no longo prazo, o sucesso dos investimentos externos depende fundamentalmente da capacidade de atrair capital em setores industriais com alta propensão a exportar.

Dentre outras políticas adotadas com impacto sobre a indústria destaca-se a proteção de direitos intelectual e que segundo os autores foi um objeto de ampla redefinição adotado em maio de 1996 ampliando a validade das patentes de 15 para 20 anos, agora compatível com as regras da OMC. (ALMEIDA, 2009).

Por fim cabe destacar-se a política de incentivos às pequenas e medias empresas com a criação de um serviço de apoio vinculada a difusão de informações, assistência técnica geral e prática de lobby em favor dessas empresas junto ao congresso

Conforme mostrado por Almeida (2009) as sucessivas crises internacionais ocorridas no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 fizeram com que aumentasse novamente o interesse de uma maior participação do Estado na economia. A eleição do Presidente Lula em 2002 deu início a um grupo de trabalho pautado na elaboração de uma nova política industrial no] brasil. Em 2004 o governo lançou a Política ~Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior , (PITCE), que consistia em um plano de ação do governo com o objetivo de aumentar a estrutura produtiva, a capacidade de inovação e expansão das exportações das empresas brasileiras.

Em sua análise, Almeida (2009) delineou os três eixos de atuação da PITCE. O primeiro é referente às linhas de ação horizontais, com a promoção da inovação, desenvolvimento tecnológico, a inserção externa via exportações e a modernização industrial. O segundo eixo e ligado ao favorecimento de setores estratégicos da economia como o desenvolvimento de softwares, semicondutores bens de capital e medicamentos. O terceiro era promover o investimento em atividades inovadoras como a biotecnologia a nano tecnologia e energias renováveis. Esse foco inovador da PITCE conquistou a simpatia até mesmo dos críticos de políticas industriais que aceitaram tais políticas de incentivos dado que o potencial retorno social se sobreporia aos ganhos privados.

Apesar disso, conforme mostrado por Almeida (2009) a PITCE teve como principal crítica a falta de clareza quanto a falta de clareza e a definição de objetivos

quanto aos demais setores, entre os quais figuram aqueles intensivos em mão de obra como o de calçados, têxteis madeireiro, etc., que são importantes para o Brasil. Provavelmente essas críticas foram determinantes para que o governo tenha decidido lançar uma segunda política indústria em 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Almeida (2009) mostra que a PDP foi lançada num momento conjuntural muito favorável para o Brasil o qual estava às vésperas de alcançar o tão almejado grau de investimento por duas das maiores agências internacionais de avaliação de riscos. Com relação ao momento conjuntural do país Almeida (2009, p.18) mostra que,

o país vinha obtendo superávits comerciais consistentes, acumulando divisas, reduzindo os indicadores de endividamento público e melhorando a distribuição de renda. [...] tomando-se como base dezembro de 2007, o Brasil havia completado 23 trimestres consecutivos de expansão da produção industrial, 15 trimestres de ampliação do consumo e 13 trimestres seguidos de crescimento do investimento.

De acordo com Almeida (2009) uma das grandes inovações da PDP, segundo ao governo foi o estabelecimento de uma série de metas para 2010 que além de serem facilmente monitoradas teriam o objetivo de indicar com clareza o sentido e o alcance da política, atuando assim como elemento de coordenação das expectativas na economia e permitiria acompanhar periodicamente os resultados obtidos por ela.

As grandes metas da PDP eram: o aumento da taxa de investimento da economia de 17,6% do PIB em 2007 para 21,1% em 2010; a elevação do gasto privado em pesquisa e desenvolvimento de 0,51% do PIB em 2005 para 0,65% em 2010; a ampliação da participação das exportações brasileiras no montante mundial passando de 1,18% em 2007 para 1,25% em 2010; e o crescimento do número de micro e pequenas empresas exportadoras em 10% em 2010 em reação a 2006.

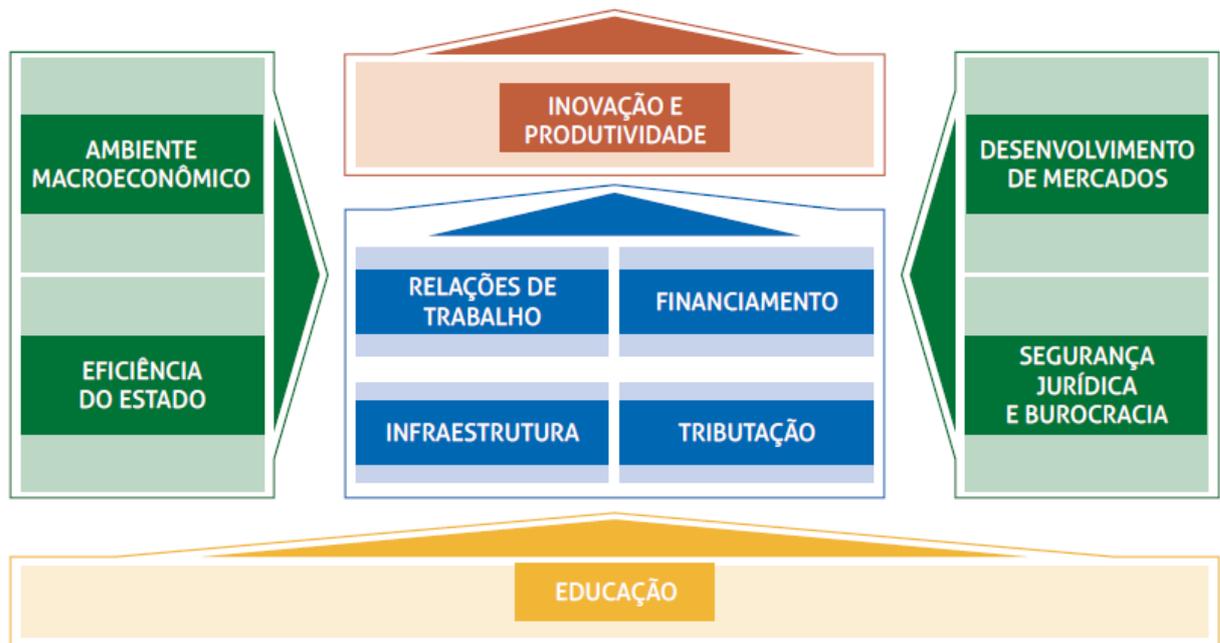
No entanto, o autor mostra que apesar de estabelecer uma série de grandes metas, estas não ajudaram na avaliação da política industrial. O sucesso de algumas metas, com a elevação pura das exportações e de micro e pequenas empresas exportadoras, na realidade sinalizariam o contrário do esperado de uma política industrial que seria a de um aumento no valor agregado da pauta de exportação brasileira e a modificação da composição da indústria com fim de elevar a produção de itens de maior valor agregado. (ALMEIDA, 2009).

4 MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA E SEUS DESAFIOS

Utilizando como referência o relatório do mapa industrial disponível pela Confederação Nacional da Indústria (2013), é analisado quatro principais fatores que criam impacto na indústria: aspectos macroeconômicos, tributação e legislação, capital humano e financiamento.

Figura 1 – Mapa estratégico da indústria 2013-2022

COMPETITIVIDADE COM SUSTENTABILIDADE



Fonte: Mapa estratégico das indústrias (2013, p. 26)

Os aspectos macroeconômicos tratam o ambiente formado pelos agregados macroeconômicos nos quais a indústria brasileira está inserida, sendo avaliados indicadores como consumo e PIB.

Tributação e legislação trabalha os entraves e cenário jurídico que as indústrias enfrentam, as leis que fundamentam as relações da indústria com o governo e as instituições que a supervisiona.

Capital humano trabalha sinalizações da formação profissional dos indivíduos que trabalham na indústria, ou seja, é uma avaliação da mão-de-obra que trabalha no operacional do setor industrial.

E por último o financiamento, forma que a indústria usa para conseguir crédito para expandir e alavancar suas atividades, seja através dos bancos privados ou de empréstimos estatais, como é o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento.

4.1 Aspectos Macroeconômicos

O Produto Interno Bruto brasileiro, valores disponibilizados pelo Banco Central (2018), em 2017 subiu em 1%, depois de duas quedas de 3,5% em 2015 e 2016, queda que já apresentava sinalizações já que houve uma redução no crescimento de 3% para 0,5% de 2013 para 2014 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018a). A perspectiva para 2018 é que o PIB aumente sua taxa de crescimento em relação a taxa do ano anterior, em 2018 as expectativas é que o crescimento do PIB seja próximo de 1,35%. Mantendo o bom ritmo, é esperado que o PIB para 2019 apresente um crescimento de 2,5% e que assim seja mantido até 2021 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018b).

Uma perspectiva otimista em relação ao crescimento do PIB certamente é um indicador positivo para a indústria, mas olhando para o PIB Industrial os valores são menos otimistas, de 2014 até 2016 o PIB industrial só apresentou queda, nos valores de, respectivamente, -1,51%, -5,76% e -3,96% em 2016, só apresentando uma retomada de crescimento de 0,02% em 2017, taxa de extrema modéstia. Porém certamente a saída de uma redução de 5,76% para um crescimento de 0,02% cria expectativas positivas para o rumo que a indústria tem tomado (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018a).

No âmbito da balança comercial, tanto os volumes número de exportações quanto o de importações aumentaram, o primeiro em 9,22% e o segundo em 22,45%, ambos usando o período entre janeiro e setembro, na relação entre 2017 e 2018 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018a). A expectativa para a balança comercial é que ela continue se comportando de maneira atrativa, mas se mantenha continua durante os próximos três anos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018b). Mesmo que a balança comercial tendo apresentado valores negativos, os valores absolutos de exportações elevaram-se, demonstrando um aumento na demanda por bens produzidos na economia doméstica, as importações apresentaram um maior aumento pelo dólar que apresentou redução em seu valor, o que também é positivo para a indústria por provocar uma redução nos gastos com importações de equipamentos. A valorização cambial somada ao aumento dos níveis de exportação são um ótimo sinalizador para o ambiente industrial (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018a).

O consumo também apresenta indicativos de crescimento, 2018 o que indica

é um crescimento acumulado de 2,5%, e de 2,6% em 2019. Um fator catalizador é a redução da taxa Selic, que foi de 14,25% para 6,75% entre outubro de 2016 e fevereiro de 2018, reforçando um maior apelo pela liquidez pelos consumidores e assim expandindo a rentabilidade das indústrias (SILVA et al., 2018).

4.2 Tributação e Legislação

O sistema tributário brasileiro serve de grande barreira para a eficiência competitiva do Brasil, criando impactos significativos tanto no âmbito da economia doméstica quanto no âmbito das relações exteriores. Um sistema tributário complexo cria poluições nas perspectivas de rendimento, fazendo com que os incentivos ao investimento se reduzam (MAPA ESTRATÉGICO DAS INDÚSTRIAS, 2013).

No Brasil, alguns dados para elucidamento, são cobrados 41% de tributação sobre a importação de serviços, e 1.958 horas são gastas para o pagamento dos tributos, é um volume de hora enorme, deixando o Brasil entre os maiores do mundo, só para comparação, o Chile gasta 291 horas para os mesmos fins e ainda é visto como uma péssima quantidade de horas em nível mundial, lembrando que custos com o trabalho reduzem competitividade e incentivos ao investimento (MAPA ESTRATÉGICO DAS INDÚSTRIAS, 2013).

Dentro dos aspectos legislativos, o Brasil deu um salto em questão de flexibilização das leis trabalhistas, em 2017 a lei da terceirização e a reforma trabalhista diminuíram as barreiras impostas no contrato entre empregado e empregador, mas ainda assim o Brasil tem uma das maiores quantidades de leis trabalhistas do mundo (MAPA ESTRATÉGICO DAS INDÚSTRIAS, 2013).

Entre 2017 e 2018 o Brasil subiu 16 posições no ranking do relatório *Doing Business*, elaborado pelo banco mundial, que mede as facilidades e condições para negociações de um país, isso indica que o Brasil está se tornando cada vez mais um ambiente mais saudável para as relações comerciais e assim criar impactos positivos na indústria (BRASIL, 2018).

4.3 Capital humano

O Brasil mesmo gastando proporções do PIB com educação semelhante a proporção de países desenvolvidos, apresenta um grande diferencial em

performance educacional, e essa diferença se acentua no ensino médio onde só 58,5% dos jovens conseguem concluí-lo. Baixos níveis de escolaridade criam carência de Capital Humano para utilização da indústria, com carência de trabalhadores competitivos para o mercado de trabalho. Baixo nível de escolaridade pode ser compreendido como baixo nível de produtividade, fator chave para bom desempenho da indústria (MAPA ESTRATÉGICO DAS INDUSTRIAS, 2013).

O ensino superior é um fator importante para a eficiência do campo de pesquisa e desenvolvimento, de geração de tecnologia, mas em 2015 somente 16,6% da população entre 25 e 34 anos tinha completado o ensino superior. Além que de logo a área de exatas, tão fundamental para a composição de inovações tecnológicas, apresenta índices preocupantes, apenas 13,1% das matrículas foram feitas no curso de engenharia e 7,6% se tornam engenheiros (MAPA ESTRATÉGICO DAS INDUSTRIAS, 2013).

4.4 Financiamento

Existem dois principais meios para que uma empresa participante da indústria consiga buscar financiamento para as suas atividades, através de empréstimos e através de dinheiros de terceiros. O primeiro trata de empréstimos que podem ser feitos tanto através dos bancos privados quanto por bancos estatais de desenvolvimento (ASSAF NETO, 2012).

O financiamento é importante para a indústria porque eles possibilitam que os empreendimentos pratiquem alavancagem em seus investimentos, e assim auxiliando em seus crescimentos. Mas ao se endividar a empresa precisa pagar o empréstimo com juros, que está extremamente associado à taxa de juros, aqui no Brasil indicada pela taxa Selic (ASSAF NETO, 2012). Hoje a taxa Selic está em 6,5%, mas a expectativa é que ela se eleve para os próximos anos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018b). Uma elevação na taxa Selic significa que será mais custoso o pagamento do endividamento que seria fundamental para alavancar os investimentos, deixando assim menos atrativo para as indústrias assumirem esse risco, efeito que desaquece o mercado.

Os bancos de desenvolvimento estatais são uma das ferramentas utilizadas pelas indústrias para expandir seus tamanhos, mas atualmente a participação dos empréstimos do BNDES é maior em empresas de maior porte que conseguem com

facilidade o financiamento pelo setor privado e consegue cumprir com os pagamentos passando por menores dificuldades, um auxílio para a indústria seria uma expansão da participação de pequenos empreendimentos nos financiamentos do BNDES, permitindo que a indústria tenha uma expansão mais saudável (MAPA ESTRATÉGICO DAS INDUSTRIAS , 2013).

As outras formas que a empresa consegue se financiar é através do recurso de terceiros, dois exemplos de formas de conseguir tal feito é a abertura de capital e a utilização da renda fixa (ASSAF NETO, 2012). Um cenário que tornaria tais opções mais atrativas para a indústria é um em que a abertura de capital seja mais fácil e que as taxas da renda fixa fiquem mais atraentes para a pessoa jurídica (MAPA ESTRATÉGICO DAS INDUSTRIAS, 2013).

4.5 Perspectiva mundial

Ainda que o país esteja se posicionando estrategicamente, o resultado da sua participação no comércio exterior ainda é pequeno. Este problema pode ser explicado pelo fato de que no passado, posicionalmente a década de 80, foi utilizado uma política fechada, com vários problemas de inflação e desajustes fiscais. Na década de 90, ainda com mudança para uma economia aberta os problemas herdados dos anos anteriores ainda dificultaram a colocação do Brasil na economia internacional. (MAPA ESTRATÉGICO DAS INDUSTRIAS, 2013).

Para retratar uma perspectiva mundial é necessário entender que as mudanças que ocorrem na economia tanto interna como externamente, comprometem de alguma forma o desenvolvimento do Brasil. Essas mudanças podem ser observadas no quadro abaixo:

Quadro 3 - Tendências mundiais e nacionais com impacto na indústria

Tendências mundiais com forte impacto na indústria
Crescimento dos países emergentes
Conhecimento e inovação como motores da economia
Nova geografia da produção mundial
Emergência e difusão de novas tecnologias
Mudanças climáticas e economia de baixo carbono
Tendências nacionais com forte impacto na indústria
Fortalecimento do mercado interno
Transições demográficas
Reconfiguração espacial da atividade econômica

Fonte: Mapa estratégico das indústrias (2013), elaborado pelos autores

De acordo com o Mapa estratégico das indústrias (2013, p. 13):

A nova geografia do crescimento populacional e econômico e suas mudanças associadas irão provocar um aumento global da demanda por recursos naturais e alimentos. Para o Brasil, que conta com grande disponibilidade desses bens, há grandes oportunidades tanto na produção dessas mercadorias como na produção de manufaturados utilizados como insumos por tais setores e bens de capital. Não obstante, também há o risco de especialização do país na produção e exportação de produtos básicos. O desafio brasileiro é aproveitar as oportunidades de suas vantagens comparativas naturais e, ao mesmo tempo, estimular a produção de manufaturados, sobretudo com maior valor agregado e intensivo em tecnologia.

Muitos países estão buscando maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento para que possa ter mais inovações e estoques de conhecimento, colaborando com a sustentabilidade econômica, política e institucional das empresas. Para o Brasil é um momento favorável a seguir nessa mesma linha de investimento e alcançar os países desenvolvidos, os quais a economia cresce menos e que há algumas limitações econômicas que os impedem de inovar. (Mapa Estratégico das Indústrias, 2013).

Segundo o Mapa estratégico das indústrias (2013), o mundo nos últimos anos passou por aumentos na sua capacidade de produção, resultando assim em uma intensiva técnica de redistribuição regional.

A tendência mundial rumo a uma economia sustentável e de baixo carbono representa oportunidades e riscos para a indústria brasileira. Para o horizonte de 2022, os riscos estão relacionados às barreiras no comércio internacional,

impostas com base em requisitos e padrões ambientais mínimos. O Brasil não pode estar ausente desse debate, precisa participar e influenciar nas definições dos requisitos e padrões tendo em consideração as especificidades de nossa economia. (MAPA ESTRATÉGICO DAS INDÚSTRIAS, 2013, p. 17).

Junto disso a transformação da informática e a diminuição dos custos de transportes fizeram com que houvesse uma padronização e fragmentação dos métodos industriais. Ao relacionar o Brasil nesses processos, nota-se que ele precisa encontrar seu lugar, mas para isso é necessário reduzir o custo do país, investir e investigar os nichos de mercados onde a indústria apresenta um papel importante, aumentando o valor agregado dos seus produtos e intensificando a tecnologia.

5 PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA

O futuro da indústria se remete a desindustrialização da mesma, segundo Bacha e Bolle (2013) a desindustrialização traz benefícios maiores que a própria industrialização, pois como pode-se observar a redução da exportação de matéria-prima como complexos agro-mínero e industrial, faz com que o seu preço se eleve no mercado beneficiado pelo aumento da renda que se obtém pela venda desses produtos, e conseqüentemente há maiores investimentos na indústria de transformação.

As ideias sobre a desindustrialização no Brasil tiveram início após a abertura comercial em 1990. Em 2011 essa medida foi revisada e passou a ter mais estímulo ao crédito, desonerações tributárias e mudanças no mercado de câmbio, o que realizou o processo de desindustrialização. (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013)

A indústria brasileira apresentou uma queda, e esse fato se deu a partir de três dimensões, as quais se classificam da seguinte forma: a primeira dimensão fala de um caráter cíclico que envolve o fraco desempenho da economia global; a segunda se refere ao acolhimento de países emergentes, como a Índia, China, dentre outros, e países de baixa renda a economia mundial para que haja um aumento pela concorrência das importações. Já a terceira dimensão traz uma tendência secular, na qual a ocorre uma perda de peso industrial resultando em mudança nos padrões de consumo que está diretamente ligada ao crescimento econômico, explicando assim a perda de peso na indústria, entretanto as atividades relacionadas a prestação de serviços ganham um maior destaque no mercado. (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013)

Diante das mudanças do PIB e dos preços relativos ao longo do tempo, com as novas medidas aplicadas a indústria houve também uma mudança em sua estrutura.

O desempenho das diversas atividades que compõem a indústria não foi uniforme ao longo do tempo, tendo variando em função da demanda, da concorrência dos importados e do comportamento macroeconômico. (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013).

Após constatar a não uniformidade das diversas atividades da indústria, Bonelli, Pessoa e Matos (2013), concluíram que existem ganhadores e perdedores neste processo de crescimento e mudanças. As indústrias vencedoras foram a indústria de produtos farmacêuticos, a de máquina e equipamentos, a de máquinas, aparelhos e

materiais elétricos e outros equipamentos de transporte. Já as indústrias perdedoras, foram a de couros e artefatos, a de produtos de madeira, a de vestuário e acessórios, a de produtos químicos, a de material de metal e a de borracha e material plástico. Entretanto, ao fazer esta análise em comparação com o PIB constatou-se que a única indústria vencedora foi a de equipamentos de transporte e todas as demais não apresentaram um bom desempenho. (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013).

Mas ao ser feito o mapa da indústria, as sinalizações foram um pouco distintas dessa tese, ao menos no curto prazo, talvez no longo prazo acabe caminhando para o cenário supracitado, já que as perspectivas futuras só chegam até 2021.

Seguindo o mapa da indústria, pelos aspectos Macro anteriormente apresentados é possível detectar um ambiente otimista para a indústria, o PIB tende a continuar crescendo para os próximos anos e a participação da indústria mostrou recuperação de um cenário sofrido.

Os entraves que existiam entre empregado e empregador foram relaxados através da lei trabalhista passada em 2017, junto com a terceirização que possibilitou também inovações nas estruturas de gastos, antes mais rígidas.

A taxa de juros demonstra estabilidade para os próximos anos, o que gera segurança para os empreendimentos se endividarem e assim alavancar suas expansões, a taxa Selic poderia ainda reduzir seus níveis, mas estabilidade é fundamental para endividamentos que têm perspectivas de pagamentos futuros.

O único fator dos analisados que é de fato desanimador é o referente a educação, sem uma mão-de-obra qualificada, pesquisa e desenvolvimento, a indústria não consegue crescer de forma sustentável e em longo prazo, então mesmo que o cenário pareça atraente agora no curto prazo, no longo prazo, mais de dois ciclos democráticos, é possível que a carência de mão-de-obra qualificada pague seu preço.

Resumidamente, no curto prazo os cenários são muito positivos, mas existe um fator importante que advoga contra o longo prazo, porém ele ainda tem soluções.

5.1 A desindustrialização e a doença holandesa – *dutch disease*

Dentro da discussão e debate da desindustrialização no Brasil, existe uma forte direção para o tema da doença holandesa

A desindustrialização trata-se da mudança do centro econômico de uma economia do setor industrial para algum outro setor, nesse sentido, os conceitos mais

modernos de desindustrialização, caracterizam a ocorrência da desindustrialização, como a perda de participação do valor adicionado da indústria no PIB, assim como, pela diminuição do emprego industrial total. (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Oreiro e Feijó (2010), apresentam diversas causas que podem levar a desindustrialização, dentre elas, é mencionada a doença holandesa.

A doença holandesa é o nome dado ao fenômeno que devido a vantagens competitivas em setores de baixo valor agregado, como é o caso da produção de commodities, em conjunto com uma taxa de câmbio sobre apreciada do ponto de vista da produção industrial, leva a inviabilidade da produção industrial em um determinado país. Isto é, de acordo com Bresser-Pereira (2018, p. 3)

[...] a doença holandesa é a crônica sobreapreciação da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos, cuja produção e exportação é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais apreciada que a taxa de câmbio que torna competitivas internacionalmente as demais empresas de bens comercializáveis que usam a tecnologia mais moderna existente no mundo. É um fenômeno estrutural que cria obstáculos à industrialização [...].

Nesse sentido, são sintomas da doença holandesa: 1- Aumento da exportação de produtos primários; 2- Apreciação da taxa de câmbio; 3- Redução da participação da indústria no PIB e do emprego industrial total. (STRACK; AZEVEDO, 2012). Com base nesses sintomas, é possível afirmar que a doença holandesa não se trata de um processo qualquer de desindustrialização, caracterizado apenas pela perda de participação da indústria na economia, a doença holandesa é um processo específico de desindustrialização baseado no aumento relativo dos produtos primários na pauta de exportações e em uma taxa de câmbio sobre apreciada.

A doença holandesa, recebe o “adjetivo” de holandesa, pois, o caso mais clássico do qual se tem relatos e que possui o maior número de estudos na área econômica ocorreu na Holanda. Por volta das décadas de 1960 e 1970, foi descoberta uma grande reserva de gás natural nos países baixos, a descoberta dessas reservas ocasionou em uma vantagem competitiva na produção de gás natural frente a outros produtos, principalmente os industrializados.

dessa forma observou-se o fenômeno de desindustrialização na Holanda, por meio da observação desse fenômeno, cunhou-se o termo “doença Holandesa”, para descrever uma desindustrialização induzida por vantagens competitivas

internacionais na produção de bens de baixo valor agregado (ex.: produtos agrícolas e commodities) associadas a um câmbio valorizado acima do ideal para a produção industrial. (BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO, 2013).

No caso específico holandês, o país foi capaz de neutralizar a doença, isto é, administrar a taxa de câmbio para recuperar a competitividade da indústria. Entretanto, o fenômeno da doença holandesa é complexo e de difícil identificação, pode ser facilmente confundido com outras ocorrências macroeconômicas, o que torna difícil a sua neutralização. (BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO, 2013).

Sabe-se que o Brasil é um país com todas as características necessárias para obter as vantagens comparativas na exportação de produtos primários e, inclusive, possui grande parte de sua pauta de exportações em produtos de baixo valor agregado. (STRACK; AZEVEDO, 2012). Devido a isso, como exposto por Strack e Azevedo (2012), existe a discussão a respeito da existência ou não da doença holandesa no Brasil, nesse sentido, a conclusão a que chegam os autores é de que existe uma reprimarização da pauta de exportações brasileira, porém, não há a incidência da doença holandesa no Brasil.

6 INOVAÇÃO

A partir da discussão sobre política industrial, que como já foi salientado anteriormente, é a totalidade de incentivos e regras, ligadas a ações públicas que visão melhorar a alocação industrial dos recursos, alterando os resultados produtivos e afetando o desempenho dos agentes. Cabe destacar outro ponto de extrema importância dentro do ambiente industrial, a inovação. (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002).

Sua definição pode ser concedida a partir de Schumpeter (1934), que em sua teoria sobre o desenvolvimento econômico faz uma diferenciação entre inovação e invenção:

Para o autor, a invenção é a criação de um novo artefato que pode ou não ter relevância econômica. A invenção só se torna uma inovação se ela for transformada em uma mercadoria ou em uma nova forma de produzir mercadoria, e que seja explorada economicamente. A inovação refere-se a novas combinações de recursos já existentes para produzir novas mercadorias, ou para produzir mercadorias antigas de uma forma mais eficiente, ou ainda mesmo para acessar novos mercados. (TORRES, 2012, p.3)

Após a comparação elucidada acima, o autor faz uma separação entre cinco tipos de inovação, que podem ser admitidos como autoexplicativos, sendo eles: novos produtos, novos métodos de produção, novas fontes de matéria prima, exploração de novos mercados e novas formas de organizar as empresas. (TORRES, 2012).

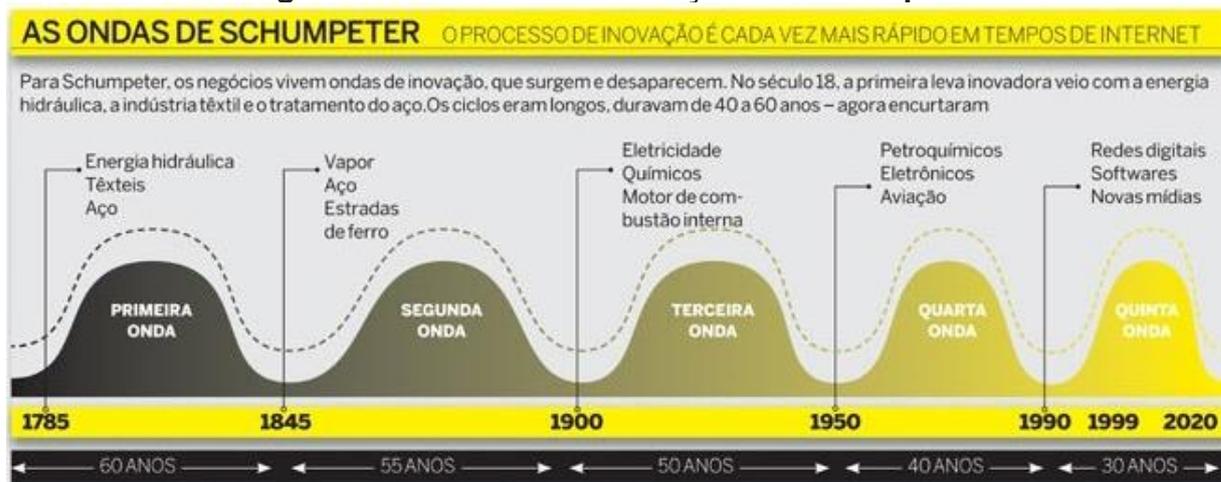
Outro ponto importante na teoria Schumpeteriana é a abordagem do empreendedor como figura central no processo de inovação. Esse empresário inovador que seria o responsável por implementar qualquer uma das categorias destacadas anteriormente. Assim, entende-se que toda empresa precisa de uma dose de inovação, caso contrário, acabará fracassando, sendo ultrapassada por empresas que inovaram, esse fato ficou conhecido como destruição criativa, que é um termo muito importante dentro da teoria de Schumpeter. (MOTA, 2016).

Sua expressão “destruição criativa” adquiriu contornos quase lendários e é frequentemente repetida em palestras, livros e reuniões empresariais, tornando-se praticamente senso-comum e palavra de ordem em alguns ambientes. Contudo, a grande chave de sua sobrevivência dos empreendedores é o crédito barato e farto, via de regra tais personagens são financistas, rigorosos com relação ao risco e atentos às novas oportunidades e de novos negócios. (MOTA, 2016, p.4)

Como abordado na citação acima, além do empreendedor os financistas também têm importância dentro do processo de inovação, que tem a função de oferecer crédito que tornará possível o surgimento de uma das cinco categorias de inovação, como afirma Torres (2012, p.4): “é o meio através do qual o empresário consegue obter recursos financeiros para adiantar o pagamento dos fatores de produção em uma economia em equilíbrio.”.

No momento que ocorre uma inovação, a empresa responsável por ela, começa a desfrutar de lucro exorbitantes e isso faz o mercado de descolar para tal processo, aumentando o número de competidores com o passar do tempo, e tornando os lucros extraordinários concedidos por uma inovação, temporários. Tal situação explicaria parte dos ciclos econômicos gerados pelo capitalismo, de expansão e retração. (TORRES, 2012)

Figura 2 - As ondas de inovação de Schumpeter



Fonte: Mota (2016, p 4)

Logo, explica Mota (2016, p. 5):

Assim sendo, em seu capítulo final da teoria do desenvolvimento, o austríaco trata dos grandes momentos de expansão e retração econômica - os ciclos econômicos tão comuns no processo de desenvolvimento capitalista. Portanto, em períodos de prosperidade, o empreendedor ao criar novos produtos é imitado por uma verdadeira onda de empreendedores não-inovadores, que investem recursos para emular os novos bens criados. Consequentemente, uma onda de investimentos de capital ativa a economia, gerando a prosperidade e o aumento do nível de emprego. À medida que as inovações tecnológicas ou as modificações nos produtos antigos são assimilados pela conjuntura e seu consumo generalizado, a taxa de crescimento da economia diminui (o que não gera mais ganhos extraordinários) e assim se inicia o processo recessivo da redução dos investimentos e a baixa da oferta de emprego. A constante mudança entre

prosperidade e recessão, isto é, da volatilidade da produção é entendido como um obstáculo periódico e transitório, aparte do curso normal de expansão da renda nacional, da renda per capita e do consumo.

Assim, Schumpeter (1934), define o fundamental sobre o processo de inovação. Entretanto outros teóricos das ciências econômicas também dissertaram sobre o tema. Solow (1957), em seu modelo de crescimento, coloca o processo técnico como uma variável exógena, que têm grande impacto sobre os resultados. Apesar de diferenças matemáticas em seus modelos, Routhan (1959), afirma que os economistas do crescimento têm definição semelhante à de Schumpeter (1934) para a inovação.

Para acrescentar os adventos da inovação dentro de seu modelo, Solow adicionou a variável eficiência da mão de obra, que classifica de forma exógena o aperfeiçoamento da tecnologia que tem como objetivo aumentar a produtividade. Além disso o autor propõe que a eficiência da mão de obra cresce em uma taxa constante, essa taxa é nomeada como progresso tecnológico ampliador da mão de obra. (MANKIW, 2015).

Somente após o acréscimo da variável que explica as inovações na tecnologia é que o Modelo de Solow, conseguiu explicar os avanços pelo qual a humanidade passou nos últimos séculos. (MANKIW, 2015).

Com isso, é possível concluir que a inovação tem papel importante dentro de uma economia capitalista, e que através da base teórica é possível entender seus principais mecanismos de atuação, seja através de novos produtos, novos processos ou novas formas de abordagem ao consumidor. Dentro da política industrial é imprescindível considerar a inovação como aspecto de extrema importância.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho, buscou investigar aspectos relacionados a política industrial, tanto no âmbito teórico, quanto no âmbito histórico, tendo como base o Brasil. Como já abordado anteriormente, a política industrial é responsável pelo conjunto de medidas que visam desenvolver o ambiente econômico de um país ou região, e como consequência disso, desenvolver os setores industriais, com o objetivo de aumentar a eficiência da estrutura produtiva, a capacidade de inovação e expandir as exportações.

A partir de um olhar teórico quanto a política industrial é possível destacar três óticas: a ótica ortodoxa, a ótica desenvolvimentista e a ótica evolucionista.

Pelo olhar ortodoxo o principal ponto a ser destacado são as falhas de mercado. Por esse viés teórico o mercado é considerado eficiente na alocação de recursos e a interferência no mesmo só deve ser feita em casos de falhas de mercado, que são divididas em cinco: poder de mercado, bens públicos, externalidades, direitos de propriedade e diferenças entre taxas intertemporais de preferencias sociais e privadas.

Já pela ótica desenvolvimentista, o Estado é visto como o principal ator no desenvolvimento da indústria, e responsável pelo crescimento econômico do país.

A ótica evolucionista, considera como o principal fator de impulsão para uma indústria a inovação. Para esses teóricos os pressupostos clássicos de equilíbrio de mercado, racionalidade dos agentes e informação perfeita são inverdades. O mercado se encontra em constante desequilíbrio, em que empreendedores buscarão desfrutar de lucros extraordinários através da inovação.

Com isso, a partir de tal aparato teórico as políticas governamentais são construídas com o objetivo de promover a indústria e incrementar sua produtividade. O governo buscará criar um ambiente propício para que as empresas possam aumentar suas vantagens comparativas. A política industrial pode ser dividida em vertical ou horizontal. A primeira definição abrange políticas que buscam atuar em um determinado setor, buscando fomentar toda a cadeia produtiva. Já o segundo tipo busca uma política industrial que visa a melhoria da economia como um todo, através dos índices macroeconômicos e aspectos estruturais.

No caso específico do Brasil, a partir da década de 90, com o governo do presidente Fernando Collor de Melo, foram adotadas medidas visando uma abertura

comercial, entretanto os incentivos setoriais continuaram existindo através do BNDES. O Banco de Desenvolvimento teve papel importante no financiamento de privatizações e na construção de novos parques industriais.

Em 2002, com a eleição do presidente Lula, foi elaborada uma nova política industrial para o país, que tinha como objetivo aumentar a estrutura produtiva, a capacidade de inovação e a expandir o número de exportações. Em 2008, frente a crise internacional, o governo petista lançou uma segunda política industrial, a Política de Desenvolvimento Produtivo, foram estabelecidas uma série de metas para um país que estava prestes a receber o grau de investimento. Entretanto tal política não foi muito efetiva, sinalizando inclusive uma queda no valor agregado da pauta de exportações brasileira.

A partir disso, é importante ressaltar o mapa da indústria e seus principais fatores de desenvolvimento: aspectos macroeconômicos, tributação e legislação, capital humano e financiamento. Tais pontos são fundamentais para uma abordagem do desenvolvimento futuro da indústria.

O foco desse trabalho, portanto, foi apresentar os principais pontos de política industrial, desde uma abordagem teórica, como a definição dos tipos de política existentes, e até de fatores específicos relevantes, como a doença holandesa e a inovação. Além disso foram importantes a contextualização histórica e a abordagem de futuro através do mapa da indústria.

Uma política industrial séria é fundamental para um país que busca aprimorar seus termos de troca com o restante do mundo, além de proporcionar para sua população melhores alternativas de emprego e de consumo. É importante ressaltar que deve existir uma coordenação entre os indicadores macroeconômicos e as abordagens setoriais, buscando evitar discrepâncias e com um objetivo comum: o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mansueto. **DESAFIOS DA REAL POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA DO SÉCULO XXI**. texto para discussão nº 1452. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009. 73 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1452.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

ASSAF NETO, A., **Finanças corporativas e valor**. 6ª edição. São Paulo: Atlas. 2012. 762 p.

BACHA, Edmar Lisboa; BOLLE, Monica Baumgarten de (Org.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013. 418 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados, atualizados**. Brasília: Bacen, nov. 2018a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acesso em 28 de nov de 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de mercado focus**. Brasília: Bacen, nov. 2018b. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20181123.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu; MATOS, Silvia. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de (org.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

BONELLI, Regis; VEIGA, Pedro da Motta; BRITO, Adriana Fernandes de. **As políticas industrial e de comércio exterior no Brasil: rumos e indefinições**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 527). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=377> . Acesso em: 01 set. 2018.

BRASIL. **Brasil sobe 16 posições em ranking de melhores países para os negócios**. Brasília: Governo do Brasil, out. 2018. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/10/brasil-sobe-16-posicoes-em-raking-de-melhores-paises-para-os-negocios>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson Marconi; OREIRO, José Luís. **Doença holandesa**. 2013. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos/cap.5-dutchdisease.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

FERRAZ, João Carlos; PAULA, Germano Mendes de; KUPFER, David. Política Industrial. In: KUPFER, David; Hasenclever, Lia. (Org.). **Economia Industrial**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002. Cap. 23, p. 545-567.

GONÇALVES, Robson R. **A POLÍTICA INDUSTRIAL EM UMA PERSPECTIVA DE LONGO PRAZO**. texto para discussão nº 590. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1998. 34 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0590.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. **A Experiência Recente da Política Industrial no Brasil: Uma Avaliação**. texto para discussão nº409. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1996. 34 p. v. 409. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2047/1/TD%20409.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MANKIW, N. Gregory; RODRIGUES, Ana Beatriz. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: GEN: LTC, 2015.

MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2013-2022. **Confederação Nacional da Indústria**. Brasília: CNI, 2013, 137 p. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2012/09/mapa-estrategico-da-industria-2013-2022/#mapa-estrategico-da-industria-2013-2022%20>>. Acesso em: 23 set. 2018.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1996 nv. (Os economistas).

MOTA, Pedro Lula. **Schumpeter: inovação, destruição criadora e desenvolvimento**. Terraço Econômico, 2016. Disponível em <<http://terraoeconomico.com.br/schumpeter-inovacao-destruicao-criadora-e-desenvolvimento/>> Acesso em 23 de nov. de 2018.

OREIRO, José Luis; FEIJO, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Rev. Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 nov. 2018.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. 14. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

RUTTAN, V. **Usher and Schumpeter on invention, innovation and technological change**. Quarterly Journal of Economics, nov. 1959, pp. 596-606.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. 534p.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1934.

SILVA, Napoleão Luiz Costa da, et al. **Previsão do consumo das famílias em 2018-2019 baseada na teoria da renda permanente**. In: Carta de Conjuntura, n.

39, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180614_cc_39_nota_tecnica_napoleao.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SOLOW, R. **Technical change and the aggregate production function. Review of Economics and Statistics**, v. 39, 1957, pp. 312-320.

STRACK, Diego; AZEVEDO, André Filipe Zago de. A doença holandesa no Brasil: sintomas e efeitos. **Economia e Desenvolvimento**, [S.l.], jan. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/6432>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

TORRES, Ricardo Lobato. **A “inovação” na teoria econômica: uma revisão**. In: VI Encontro de Economia Catarinense, 2012. Joinville: Univille, 2012. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema6-Tecnologia%20e%20Inova%C3%A7ao/Artigo-3-Autoria.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.